



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

Deliberação:

PDL Nº 10/2026

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

DATA DE PROTOCOLO: 06/08/2026

Cód. 06.00.02.02 · VC · P

Data: ____/____/____

Norma:

Assinatura

Ementa (assunto):

Susta os efeitos do Decreto nº 664, de 04 de agosto de 2026, do Poder Executivo, que "Regulamenta a Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993, consolidando os critérios administrativos para aplicação dos arts. 182, 183, 213, 214, 222 e 223 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí". por exorbitância do poder regulamentar e invasão de matéria reservada à lei.

Autoria:

Vereador Gabriel Belém.

Distribuído em:

06/08/2026

Para as Comissões:

Prazo das Comissões:

Prazo fatal:

Turnos de votação:

Observações:

Anotações:

06/08/2026 - Projeto protocolado, distribuído e encaminhado ao Jurídico (Prazo: 17/08/2026).



CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº [a definir]/2026



Susta os efeitos do Decreto nº 664, de 04 de agosto de 2026, do Poder Executivo, que "Regulamenta a Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993, consolidando os critérios administrativos para aplicação dos arts. 182, 183, 213, 214, 222 e 223 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacaré", por exorbitância do poder regulamentar e invasão de matéria reservada à lei.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos os efeitos do Decreto nº 664, de 04 de agosto de 2026, do Poder Executivo, publicado no Boletim Oficial do Município nº 1751, de 05 de agosto de 2026, por exorbitar do poder regulamentar e dispor sobre matéria submetida à reserva legal, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, aplicável ao Município pelo princípio da simetria, e do art. 28, inciso XIX, da Lei Orgânica do Município de Jacaré (Lei nº 2.761, de 31 de março de 1990).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de agosto de 2026.


GABRIEL BELÉM
Vereador - PSB



039

CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objeto a sustação dos efeitos do Decreto nº 664, de 04 de agosto de 2026, por meio do qual o Poder Executivo, a pretexto de "regulamentar" a Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos), fixou, por ato administrativo unilateral, a base de cálculo do adicional por tempo de serviço (anuênio) e da promoção funcional, estendendo seus critérios inclusive ao cálculo de proventos de aposentadoria e pensões pagos pelo Instituto de Previdência do Município de Jacaré - IPMJ.

I - DO HISTÓRICO

Em 20 de maio de 2026, o Poder Executivo encaminhou a esta Casa o Projeto de Lei Complementar nº 01/2026, com a finalidade de alterar o art. 213 do Estatuto dos Servidores para estabelecer que o anuênio "incidirá somente sobre o salário base", vedando sua incidência sobre a promoção, a sexta parte e vantagens de idêntico fundamento temporal. Na respectiva Mensagem, o próprio Executivo reconheceu que a redação vigente do art. 213 - segundo a qual o adicional "incorporará à remuneração para todos os efeitos legais" - "pode induzir à compreensão de que tal vantagem repercutiria sobre outras parcelas remuneratórias", gerando "dúvidas interpretativas e potencial insegurança jurídica".

Aprovado o projeto por esta Câmara, com formação do Autógrafo da Lei Complementar nº 134/2026, sobreveio, em 17 de julho de 2026, o Veto Total nº 01/2026, no qual o Chefe do Executivo sustentou, em síntese: (i) que a alteração legislativa seria juridicamente desnecessária, por já estar a prática administrativa chancelada pelo Poder Judiciário; (ii) que a inovação legislativa seria fonte de insegurança jurídica, pois poderia ser explorada "como suposto reconhecimento implícito de que a redação anterior autorizaria base de cálculo mais ampla"; (iii) que a via adequada para a tutela do interesse público seria "a firme defesa, perante o Poder Judiciário, do entendimento que sempre prevaleceu", e não a edição de novo ato normativo; e (iv) que razões de prudência fiscal recomendariam o veto.

O veto foi mantido por unanimidade por esta Casa Legislativa, em sessão de 05 de agosto de 2026, encerrando-se, assim, soberanamente, o processo legislativo.

Ocorre que, em paralelo, o Chefe do Executivo assinou, em 04 de agosto de 2026, véspera da deliberação plenária sobre o veto, o Decreto nº 664/2026, publicado no Boletim Oficial nº 1751, de 05 de agosto de 2026, reproduzindo, por via administrativa, o núcleo normativo do projeto de lei complementar cujo veto pedia a esta Casa que mantivesse: incidência do anuênio exclusivamente sobre o vencimento básico, exclusão da sexta parte, da promoção, das



049

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

gratificações e de qualquer outra vantagem, vedação ao denominado "efeito cascata", indo além do texto vetado, ao estender tais critérios aos proventos e pensões do regime próprio de previdência (art. 8º do Decreto).

II - DA EXORBITÂNCIA DO PODER REGULAMENTAR E DA INVASÃO DE MATÉRIA RESERVADA À LEI

Nos termos do art. 37, caput e inciso X, da Constituição Federal, a remuneração dos servidores públicos somente pode ser fixada ou alterada por lei específica. O regime jurídico dos servidores e a disciplina de suas vantagens pecuniárias constituem matéria submetida à reserva legal, insuscetível de disciplina inovadora por decreto. Ao Prefeito compete expedir decretos para a fiel execução das leis (art. 61, inciso VI, da Lei Orgânica do Município), jamais para restringir, ampliar ou escolher, entre interpretações possíveis de norma legal, aquela que convém à Administração, com efeitos gerais e vinculantes sobre a folha de pagamento e sobre benefícios previdenciários.

A exorbitância é demonstrável a partir dos próprios atos do Poder Executivo. Se a consolidação da base de cálculo do anuênio pudesse ser feita por simples decreto, não teria o Executivo encaminhado a esta Casa projeto de lei complementar com exatamente esse objeto. Ao fazê-lo, reconheceu formalmente que a matéria exige lei em sentido estrito, e lei complementar. A mensagem do PLC nº 01/2026 admite, ademais, que o texto vigente do art. 213 do Estatuto é ambíguo e comporta interpretação mais ampla. Ora, decreto que elege, entre leituras possíveis da lei, a mais restritiva aos servidores, não regulamenta: inova, e inova contra a lei, na medida em que o art. 213 vigente dispõe que o adicional "incorporará à remuneração para todos os efeitos legais".

O vício é ainda mais grave no art. 8º do Decreto nº 664/2026, que projeta os critérios restritivos sobre o cálculo de proventos de aposentadoria e pensões do IPMJ - matéria de reserva legal reforçada, disciplinada pelo art. 40 da Constituição Federal e por legislação específica, e que sequer constava do projeto de lei complementar vetado. Nesse ponto, o decreto não reproduz o projeto rejeitado: vai além dele, sem qualquer suporte legal.

Registre-se, por fim, que o Decreto nº 664/2026 não incorporou as disposições do projeto vetado que favoreciam o servidor - a vedação à limitação do cômputo para concessão de anuênios subsequentes e a possibilidade de reconhecimento de tempo de serviço prestado a outro ente federativo (§ 2º do art. 213, na redação proposta). Aproveitou-se apenas o conteúdo restritivo, o que desnuda a finalidade do ato.



059

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

III - DA AFRONTA À DECISÃO SOBERANA DESTA CASA E À SEPARAÇÃO DOS PODERES

O Decreto nº 664/2026 contorna, por via administrativa, o resultado do processo legislativo. Esta Câmara, acolhendo por unanimidade as razões do próprio Prefeito, manteve o veto total ao PLC nº 01/2026 na compreensão, induzida pelo próprio Executivo, de que nenhuma inovação normativa seria editada, permanecendo a matéria sob a disciplina da lei vigente e da jurisprudência. A edição de decreto de conteúdo materialmente idêntico ao do projeto vetado, assinado na véspera da deliberação plenária, esvazia a função legislativa desta Casa e configura comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*) e desvio de finalidade: o mesmo Executivo que qualificou a inovação normativa como "fonte de insegurança jurídica" e afirmou que "o que não se admite é que a própria Administração, por ato de iniciativa sua, crie o ambiente de ambiguidade" editou, dias depois, ato normativo com idêntico conteúdo, subtraído, porém, ao debate parlamentar.

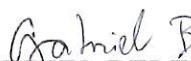
IV - DA COMPETÊNCIA DESTA CÂMARA PARA A SUSTAÇÃO

A competência do Poder Legislativo para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar decorre do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, e encontra fundamento, no plano local, no art. 28, inciso XIX, da Lei Orgânica do Município, que confere a esta Câmara a atribuição de "fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta". O decreto legislativo é a espécie normativa adequada para o exercício de competência exclusiva desta Casa, na forma do art. 36, inciso V, da Lei Orgânica.

A sustação ora proposta não implica juízo sobre o mérito da base de cálculo do anuênio, questão que permanece regida pela Lei Complementar nº 13/1993 e sujeita à interpretação do Poder Judiciário, mas tão somente a preservação da ordem constitucional de competências: o que a Constituição reserva à lei não pode ser disciplinado por decreto, e o que esta Casa deliberou não pode ser desfeito por ato administrativo.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres Pares a aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, 06 de agosto de 2026.


GABRIEL BELEM
Vereador - PSB



334 - 02.05.04 - 12.122.0004.2107 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	-	R\$	1.492.350,00
336 - 02.05.04 - 12.361.0004.1034 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	-	R\$	279.534,00
336 - 02.05.04 - 12.361.0004.1034 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	-	R\$	148.049,00
357 - 02.05.04 - 12.361.0004.2437 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	-	R\$	78,00
359 - 02.05.04 - 12.361.0004.2437 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	-	R\$	24.063,00
717 - 02.11.01 - 04.122.0007.2234 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	-	R\$	13.440,00
750 - 02.13.01 - 04.122.0008.2501 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	-	R\$	99.970,00
781 - 02.13.01 - 18.451.0008.2040 - 3.3.50.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	R\$	183.541,00
862 - 02.14.01 - 06.181.0009.2135 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	-	R\$	45.000,00
949 - 02.16.01 - 28.843.0007.0016 - 3.2.90.21.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato	-	R\$	316.501,00
950 - 02.16.01 - 28.843.0007.0016 - 4.6.90.71.00 - Principal da Dívida Contratual Resgatada	-	R\$	602.736,00
979 - 02.16.02 - 04.122.0007.2231 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	-	R\$	35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Gabinete do Prefeito, 30 de julho de 2026.
CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA
Prefeito do Município de Jacareí
CLAUDIO LUIZ TOSETTO
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 661, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Altera o Decreto nº 397, de 26 de novembro de 2025, que nomeia a nova composição, para o biênio 2025/2027 do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.
O Sr. **CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA**, Prefeito do Município de Jacareí, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e
CONSIDERANDO o disposto no Ofício nº 035/2026 – CMAS,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 397, de 26 de novembro de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º (...)

I - Do Poder Público:

(...)

f) representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social:

1. representantes nomeados pela Administração Pública Municipal:

(...)

Suplente: **KÉSIA PRISCILA DOS SANTOS**, RG nº 43.402.248-2."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de agosto de 2026.
CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA
Prefeito do Município de Jacareí

DECRETO Nº 662, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Altera o Decreto nº 279, de 26 de agosto de 2025, que dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal de Saúde – COMUS.

O Sr. **CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA**, Prefeito do Município de Jacareí, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e
CONSIDERANDO o disposto no Memorando nº 290/2026 – SS-DA,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 279, de 26 de agosto de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º (...)

(...)

II – representantes dos prestadores de serviços de saúde e do governo:

(...)

c) 3 (três) representantes da Prefeitura do Município de Jacareí que exerçam ações relacionadas às atividades de Saúde, indicados pelo Prefeito, dentre os quais o Secretário de Saúde como membro nato:

(...)

2. Titular: (...)

Suplente: **THULIO CORREA D'AVILA**, RG nº 43.573.948-7."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 03 de agosto de 2026.

CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA

Prefeito do Município de Jacareí

DECRETO Nº 663, DE 04 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a recondução do mandato dos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações de Município de Jacareí – JARI.
O Sr. **CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA**, Prefeito do Município de Jacareí, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e
CONSIDERANDO o disposto no inciso VII do art. 7º e no art. 8º da Lei Federal nº 9503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro;

CONSIDERANDO os Decretos Municipais nº 1114, de 06 de agosto de 2020, e nº 971, de 24 de outubro de 2023, que nomearam os atuais membros da JARI;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 506, de 27 de julho de 2022, que reconduziu o mandato dos membros da JARI;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º do Regimento Interno da JARI, aprovado pelo Decreto Municipal nº 789, de 15 de dezembro de 2000, e alterado pelo Decreto nº 770, de 09 de fevereiro de 2004, que faculta a recondução do mandato dos membros da JARI por períodos sucessivos,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconduzidos os mandatos dos membros e seus respectivos suplentes da Junta Administrativa de Recursos de Infrações de Município de Jacareí – JARI, conforme a representação a seguir:

I – representantes do órgão executivo de trânsito do Município:

a) Titular: **ADMILSON MACHADO FLORIANO**, RG nº 20.696.216-2;

b) Suplente: **JONAS GUSTAVO RODRIGUES**, RG nº 49.027.308-7.

II - representante da entidade representativa da sociedade ligada a área de trânsito:

a) Titular: **DIEGO RAFAEL BASTOS HERRMANN**, RG nº 45.933.817-1.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 04 de agosto de 2026.

CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA

Prefeito do Município de Jacareí

DECRETO Nº 664, DE 04 DE AGOSTO DE 2026.

Regulamenta a Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993, consolidando os critérios administrativos para aplicação dos arts.



Prefeitura de
JACAREÍ

BOLETIM OFICIAL do Município de Jacareí

Instituído através da Lei 6.031, de 15 de agosto de 2019.

EXPEDIENTE

Publicação Semanal da Prefeitura Municipal de Jacareí - Secretaria de Administração e RH e Gabinete do Prefeito
Jornalista Responsável: Leonardo Medeiros Ferreira - MTB: 86.913/SP | **Diagramação:** Caveat Comunicação

Prefeitura Municipal de Jacareí

Praça dos Três Poderes, 73 - Centro - Jacareí (SP) - CEP 12327-170 - Tel: (12) 3955-9000

Os originais remetidos para publicação ficarão arquivados e à disposição para devolução durante 15 dias após serem publicados. Após este prazo serão destruídos.



182, 183, 213, 214, 222 e 223 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí.

O Sr. CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA, Prefeito do Município de Jacareí, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 61, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Jacareí (Lei nº 2.761, de 31 de março de 1990), e pelo art. 314 da Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993, e tendo em vista o disposto nos artigos 182, 183, 213, 214, 222 e 223 da mesma Lei Complementar, e

CONSIDERANDO que a legislação municipal prevê duas hipóteses de aumento da remuneração do servidor público exclusivamente por tempo de serviço, bem como a necessidade de se observar, na aplicação deste direito, o previsto no art. 37, XIV, da Constituição Federal,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993, consolidando os critérios administrativos para aplicação dos arts. 182, 183, 213, 214, 222 e 223 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí.

Parágrafo único. Este Decreto possui natureza declaratória, limitando-se a consolidar, para fins de publicidade, uniformidade e segurança jurídica, a interpretação já observada pela Administração Municipal, sem inovação da ordem jurídica.

CAPÍTULO II

DOS AUMENTOS REMUNERATÓRIOS EXCLUSIVAMENTE POR TEMPO DE SERVIÇO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 2º Nos termos da Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí), os servidores municipais farão jus a aumentos remuneratórios exclusivamente por tempo de serviço nas seguintes hipóteses:

I - Adicional por Tempo de Serviço, nos termos previstos no art. 213 da Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí); e

II - Promoção, nos termos do art. 222 da Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí).

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos servidores integrantes de Estatuto próprio, uma vez que os seus critérios de promoção levam em consideração outros critérios além do tempo de serviço.

Seção II

Do Adicional por Tempo de Serviço

Art. 3º O Adicional por Tempo de Serviço concedido à razão de 1% (um por cento) por ano de efetivo exercício, na forma do art. 213 da Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí), incide exclusivamente sobre o vencimento do servidor, assim entendido, nos termos do art. 182 do mesmo Estatuto, o padrão ou referência básica do cargo efetivo, fixado em lei, com exclusão de quaisquer outras vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias.

§ 1º Na hipótese de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, o adicional é calculado sobre o vencimento de maior valor, nos termos do parágrafo único do art. 213 da Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí).

§ 2º Não integram a base de cálculo do Adicional por Tempo de Serviço, entre outras vantagens:

I - a sexta-parte dos vencimentos, de que trata o art. 214 da Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí);

II - o acréscimo decorrente de promoção ou plano de carreira, de que trata o art. 222 da Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí);

III - as gratificações de função, de cargo em comissão ou por substituição; IV - qualquer outro adicional, gratificação ou vantagem pecuniária de caráter pessoal, permanente ou temporário.

Art. 4º Fica vedada, por força constitucional e do parágrafo único do art. 222 da Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí), a incidência do Adicional por Tempo de Serviço sobre qualquer outro adicional, gratificação ou vantagem, bem como o denominado efeito cascata.

Art. 5º A incorporação à remuneração de que trata o art. 213 da Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí), refere-se exclusivamente à integração do valor do Adicional por Tempo de Serviço já apurado à remuneração do servidor, não implicando a inclusão de outras vantagens, gratificações ou adicionais na base de cálculo do próprio Adicional por Tempo de Serviço, que permanece sendo o vencimento do cargo efetivo.

Seção III

Da Promoção Funcional por Tempo de Serviço

Art. 6º A promoção de que tratam os arts. 222 e 223 da Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí) consiste na passagem do servidor de um determinado grau para o imediatamente superior, na escala de 0 a 7, operando-se exclusivamente por aferição objetiva do tempo de efetivo serviço público municipal, prestado ininterruptamente, na forma dos interstícios previstos no art. 223 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí.

Parágrafo único. A promoção não se condiciona a critérios de merecimento, desempenho funcional ou avaliação de qualquer natureza, bastando, para sua concessão, o transcurso do tempo de efetivo exercício, sem as interrupções previstas no art. 225 da Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí).

Art. 7º O acréscimo de 6% (seis por cento) decorrente de cada promoção, previsto no parágrafo único do art. 222 da Lei Complementar Municipal nº 13, de 7 de outubro de 1993 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí), incide sobre a referência básica do servidor, correspondente ao vencimento do cargo efetivo.

Parágrafo único. Sobre o valor do acréscimo decorrente de promoção não incide nenhuma outra vantagem ou adicional, inclusive o Adicional por Tempo de Serviço.

CAPÍTULO III

DA APLICAÇÃO AOS PROVENTOS E PENSÕES

Art. 8º Os critérios fixados neste Decreto aplicam-se, no que couber, ao cálculo dos proventos de aposentadoria e das pensões pagas pelo Instituto de Previdência do Município de Jacareí - IPMJ, observado o caráter contributivo-retributivo do Regime Próprio de Previdência Social, nos termos do art. 40 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, de modo que os proventos e as pensões guardem correspondência com a base sobre a qual incidiram as respectivas contribuições previdenciárias.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º As unidades responsáveis pelos cálculos de folha de pagamento e pelas apurações de direitos e vantagens dos servidores públicos municipais observarão as regras de base de cálculo e de não cumulação estabelecidas pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jacareí e consolidadas neste Decreto.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 04 de agosto de 2026.

CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA

Prefeito do Município de Jacareí

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2.345, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

O Sr. CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA, Prefeito do Município de Jacareí, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora MAYRA SIMÃO DE OLIVEIRA, RG nº 41.815.058-8, ocupante do cargo em comissão de Assessor, para responder como DIRETOR DE SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, referência CCII, com lotação na Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, a partir de 03 de agosto de 2026,